



Continuação

ativo financeiro. Os passivos financeiros são classificados como custo amortizado ou valor justo por meio do resultado. A Administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial. Os passivos financeiros são baixados apenas quando forem extintos, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. A Companhia também extingue um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida ou quando a realização do ativo e liquidação do passivo ocorrerem simultaneamente.

11. Fornecedores

Table with 3 columns: Fornecedores - partes relacionadas (nota 18), Fornecedores - terceiros, Total. Rows for 31/12/2022 and 31/12/2021.

Prática Contábil: São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, e posteriormente mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos e trazidas ao valor presente quando aplicável na data das transações, com base em taxa estimada do custo de capital da Companhia.

12. Obrigações Tributárias

Table with 3 columns: Imposto de renda, Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços, Imposto sobre serviço, Contribuição social, Comp. financ. pela exploração de recursos minerais (CFEM)/TFRM, Total. Rows for 31/12/2022 and 31/12/2021.

13. Outras Obrigações

Table with 3 columns: Participação sobre lucro - empregados, Provisão para consumo, Outras obrigações, Total. Rows for 31/12/2022 and 31/12/2021.

14. Passivo de Arrendamento: Os passivos de arrendamento são apresentados na demonstração financeira:

Table with 3 columns: Arrendamentos, AVP - Arrendamentos, Total. Rows for 31/12/2022 and 31/12/2021.

Classificado:

Table with 3 columns: Circulante, Não Circulante, Total. Rows for 31/12/2022 and 31/12/2021.

O valor presente das obrigações futuras foi mensurado utilizando a taxa implícita observadas nos contratos, para os contratos que não dispunham de taxa, a Companhia aplicou a taxa incremental de empréstimos - IBR, ambas em termos nominais. A movimentação dos passivos de arrendamentos, no período findo em 31 de dezembro de 2022, está demonstrada na tabela abaixo:

Table with 3 columns: Saldo inicial líquido, Novos arrendamentos, AVP novos arrendamentos, Pagamento, Juros apropriados, Saldo final líquido. Rows for 31/12/2022 and 31/12/2021.

Os futuros pagamentos mínimos estimados para os contratos de arrendamento contemplam pagamentos variáveis, fixos em essência quando baseados em desempenho mínimo e tarifas fixadas contratualmente. Em 31 de dezembro de 2022 são os seguintes:

Table with 3 columns: Arrendamentos, AVP - arrendamentos, Total. Rows for Menos de um ano and Total.

• PIS e COFINS a recuperar: Os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor das contraprestações com os fornecedores, ou seja, sem considerar os créditos tributários incidentes após o pagamento. Demonstramos abaixo o direito potencial de PIS e COFINS embutidos no passivo de arrendamento.

Table with 3 columns: Arrendamentos, AVP - Arrendamentos, Potencial crédito PIS e COFINS, AVP - Potencial crédito de PIS e COFINS, Total. Rows for 31/12/2022 and 31/12/2021.

• Pagamentos de arrendamentos não reconhecidos como passivo: A Companhia optou por não reconhecer os passivos de arrendamento em contratos com prazo inferior a 12 meses e para ativos de baixo valor. Os pagamentos realizados para estes contratos são reconhecidos como despesas quando incorridos. As despesas relativas aos pagamentos não incluídas na mensuração do passivo de arrendamento durante o exercício são:

Table with 3 columns: Ativos de menor valor, Pagamentos variáveis de arrendamentos, Total. Rows for 31/12/2022 and 31/12/2021.

De acordo com as orientações do CPC 06(R2) / IFRS 16, a Companhia utiliza na mensuração e na remensuração dos passivos de arrendamento e direito de uso, a técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação projetada nos fluxos a serem descontados. Considerando o Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/2019, a Companhia divulga a seguir os saldos comparativos do passivo de arrendamento, direito de uso, despesa financeira e despesas de depreciação com a utilização de taxas em termos reais para desconto a valor presente de fluxos também em termos reais.

Table with 4 columns: Taxa em termos nominais e fluxo real, Taxa e fluxo em termos nominais e fluxo real. Rows for Passivo de arrendamentos, Direito de Uso Líquido, Despesa Financeira, Despesa de Depreciação. Rows for 31/12/2022 and 31/12/2021.

Para mensurar os saldos utilizando taxa em termos reais foi utilizada a projeção para a inflação (IPCA) divulgada pelo Banco Central do Brasil. Prática Contábil: Na celebração de um contrato, a Companhia avalia se o contrato é, ou contém, um arrendamento. O arrendamento é caracterizado por um aluguel ou transmissão de direito de uso por tempo determinado em troca de pagamentos mensais. O ativo arrendado deve ser claramente especificado. A Companhia determina no reconhecimento inicial, o prazo do arrendamento ou prazo não cancelável, que será utilizado na mensuração do direito de uso e do passivo de arrendamento. O prazo do arrendamento será reavaliado pela Companhia quando ocorrer um evento significativo ou alteração significativa nas circunstâncias que estejam no controle do arrendatário e afete o prazo não cancelável. A Companhia adota a isenção de reconhecimento, conforme previsto na norma, para o arrendatário de contratos com prazos inferiores a 12 (doze) meses, ou cujo ativo subjacente objeto do contrato for de baixo valor. Na data de início, a Companhia reconhece o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento pelo valor presente. O ativo de direito de uso deve ser mensurado ao custo. O custo inclui o pagamento de arrendamento, custos iniciais, pagamentos adiantados, custos estimados para desmontar, remover ou restaurar. Já o passivo de arrendamento é mensurado na data de início pela Companhia ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que são efetuados nessa data. Os pagamentos são descontados a taxa de juro implícita no arrendamento, ou caso a taxa não possa ser determinada, será utilizada taxa incremental sobre o empréstimo da Companhia. Para os contratos que a Companhia determina a taxa de negócio, entende-se que essa taxa é a taxa implícita em termos nominais e a qual é aplicada no desconto do fluxo de pagamentos futuros. Nos contratos sem definição de taxa, a Companhia aplicou a taxa incremental de empréstimo, obtendo a mesma através de consultas em bancos onde tem relacionamento, ajustadas a inflação prevista para os próximos anos. Para a mensuração subsequente, é utilizado o método de custo ao ativo de direito de uso e aplicado, na depreciação, os requisitos do CPC 27 - Ativo Imobilizado. No entanto, para efeito de depreciação, a Companhia determina a utilização do método linear com base na vida útil remanescente dos bens ou pelo prazo do contrato, sendo considerado dos dois o menor. Os efeitos de PIS e COFINS a recuperar gerados após o efetivo pagamento das obrigações serão registrados como redutor das despesas de depreciação do direito de uso e das despesas financeiras reconhecidas mensalmente. Também será aplicado o CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a fim de determinar se o ativo de direito de uso apresenta problemas de redução ao valor recuperável e para contabilizar qualquer perda por redução ao valor recuperável identificada.

15. Imposto de Renda e Contribuição Social: 15.a) Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado: O imposto de renda e a contribuição social reconhecidos no resultado do período estão demonstrados a seguir:

Table with 3 columns: Corrente, Diferido, Total. Rows for 31/12/2022 and 31/12/2021.

A conciliação das despesas e receitas de imposto de renda e contribuição social, bem como o produto da alíquota vigente sobre o lucro antes do IRPJ e da CSLL são demonstrados a seguir:

Table with 3 columns: Lucro antes do IRPJ e da CSLL, IRPJ/CSLL pela alíquota fiscal combinada, Ajustes para refletir a alíquota efetiva, Juros sobre Capital Próprio, Incentivos fiscais, Outros períodos, Outras exclusões (adições) permanentes, IR/CSLL no resultado do exercício, Alíquota efetiva. Rows for 31/12/2022 and 31/12/2021.

15.b) Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras.

Table with 3 columns: Saldo Inicial, Resultado, Saldo Final. Rows for Diferido, Diferenças temporárias, Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais, Provisão para consumos e serviços, Perdas estimadas em ativos, Provisão pra descomissionamento (ARO), Outras, Total. Rows for 31/12/2021 and 31/12/2022.

Diretoria: Enéas Garcia Diniz - Diretor sem Designação Específica

A Administração avaliou os preceitos do IFRIC 23 - "Uncertainties Over Income Tax Treatments" e considera que não há razões para que as autoridades fiscais diverjam dos posicionamentos fiscais adotados pela Companhia. Desta forma, não foram reconhecidas quaisquer provisões adicionais de imposto de renda e contribuição social em decorrência da avaliação de aplicação do IFRIC 23 na demonstração financeira em 31 de dezembro de 2022. Prática Contábil: O imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço, inclusive nos países em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de tributos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável está sujeita a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos e são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. A despesa com imposto corrente é a expectativa de pagamento sobre o lucro tributável do ano, utilizando a alíquota nominal aprovada ou substancialmente aprovada na data do balanço patrimonial, e qualquer ajuste de tributos a pagar relacionado a exercícios anteriores. O imposto de renda e contribuição social correntes são apresentados líquidos, por empresa integrante da Companhia, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto diferido é reconhecido com relação as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias decorrentes do reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios, que não afete nem o lucro líquido tampouco o lucro ou prejuízo fiscal, diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível e do reconhecimento inicial de ativo, de acordo com IAS 12/CPC 32 - Tributos Sobre o Lucro. O valor do imposto diferido determinado é baseado na expectativa de realização ou liquidação da diferença temporária e utiliza a alíquota nominal aprovada ou substancialmente aprovada. Os ativos e passivos fiscais diferidos são apresentados pelo valor líquido no balanço patrimonial quando há o direito legal e a intenção de compensá-lo quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre os saldos recuperáveis de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis. Tais ativos são revisados a cada data de encerramento de exercício e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável com base em lucros tributáveis futuros.

16. Provisões Trabalhistas, Ambientais e Depósito Judicial: Estão sendo discutidas nas esferas competentes, ações e reclamações de diversas naturezas. O detalhamento dos valores provisionados e respectivos depósitos judiciais relacionados a essas ações está apresentado a seguir:

Table with 4 columns: Natureza, Passivo provisionado, Depósito judicial, Não Circulante. Rows for Trabalhista, Ambiental, Classificado: Não Circulante. Rows for 31/12/2022 and 31/12/2021.

A movimentação das provisões trabalhistas e ambientais no período findo em 31 de dezembro de 2022 pode ser assim demonstrada:

Table with 4 columns: Natureza, Passivo provisionado, Atualização líquida, Utilização líquida de reversão. Rows for Trabalhista, Ambiental. Rows for 31/12/2021, Adições, Atualização líquida, Utilização líquida de reversão, 31/12/2022.

As provisões tributárias, trabalhistas e cíveis foram estimadas pela Administração, consubstanciadas significativamente na avaliação de assessores jurídicos, sendo registradas apenas as causas que se classificam como risco de perda provável. Processos Tributários: Os principais processos que são considerados pelos consultores jurídicos externos como probabilidade de perda possível, que figuram como parte a Mineração Nacional, de infração tributária são (i) autos de infração estaduais de ICMS (glosa de créditos e benefícios fiscais), (ii) ISS - enquadramento de serviço prestado, (iii) CFEM e (iv) Pedidos de compensação (PERDUCOMP) não homologados por suposta inexistência do direito creditório. Processos trabalhistas: A Mineração Nacional figura como réu, em 31 de dezembro de 2022, em 40 reclamações trabalhistas. Os pleitos das ações, em sua grande maioria, estão relacionados com a responsabilidade subsidiária e/ou solidária, equiparação salarial, adicionais de insalubridade e periculosidade, horas extras, horas in itinere, e ações indenizatórias decorrentes de suposto acatamento de doenças ocupacionais ou acidentes do trabalho. Ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 houve movimentação de adições e baixas de processos trabalhistas decorrentes de encerramento definitivo, além da constante revisão das estimativas contábeis da Companhia em relação às provisões e contingências, que consideram as diferentes naturezas das reclamações envolvidas, conforme estabelecido nas políticas contábeis da Companhia. Processos cíveis: Dentro os processos judiciais cíveis em que figura como ré, encontram-se, principalmente, ações com pedido de indenização. Tais processos, em geral, são decorrentes de discussões contratuais, relacionadas às atividades de mineradora da companhia. Processos ambientais: Dentro os processos administrativos ambientais em que a Companhia figura como autuada, encontram-se, procedimentos visando a constatação de possíveis ocorrências de irregularidades ambientais e eventuais não atendimentos de condicionantes de licenças ambientais. • Processos Administrativos e Judiciais Possíveis: A tabela a seguir demonstra um resumo do saldo das principais matérias classificadas como risco possível em 31 de dezembro de 2022.

Table with 3 columns: Processos Tributários, Processos Trabalhistas, Processos Cíveis, Processos Ambientais, Total. Rows for 31/12/2022 and 31/12/2021.

As avaliações efetuadas por assessores jurídicos definem esses processos administrativos e judiciais como risco de perda possível, não sendo provisionados em conformidade com o julgamento da Administração e com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Prática Contábil: São registradas apenas as provisões classificadas como risco de perda provável estimadas e considera a Administração consubstanciadas significativamente na avaliação dos seus assessores jurídicos e que serão necessários recursos para liquidar a obrigação. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável devido a mudanças nas circunstâncias, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

17. Provisão de Desativação de Ativos: O saldo da provisão de desativação de ativos pode ser assim demonstrado:

Table with 3 columns: Desativação de ativos, Total. Rows for 31/12/2022 and 31/12/2021.

17.a) Desativação de Ativos: As obrigações com desativação de ativos consistem em estimativas de custos por desativação, desmobilização ou restauração de áreas ao encerramento das atividades de exploração e extração de recursos minerais. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, pelo acréscimo de despesas ao longo do tempo. O custo de descontinuidade de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo. A Companhia possui o saldo referente a custos com desativação dos ativos minerais, devido principalmente a: i) revisão no processo de descaracterização das barragens; e ii) aplicação dos índices de inflação sobre os custos. Prática Contábil: As obrigações com desativação de ativos "A.R.O." (Asset retirement obligation) consistem em estimativas de custos por desativação, desmobilização ou restauração de áreas ao encerramento das atividades de exploração e extração de recursos minerais. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, pelo acréscimo de despesas ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

18. Partes Relacionadas: 18.a) Relacionamentos com partes relacionadas: A CSN é a acionista controladora da Companhia detendo 99,99% de participação no capital social total a CSN, por sua vez é controlada pela Vicunha Aços S.A., que detém 51,24% do capital social total da CSN. A CSN é uma empresa de capital aberto e publica suas demonstrações financeiras no mercado brasileiro e americano. As demonstrações financeiras da CSN foram aprovadas em 08 de março de 2023. 18.b) Transações com controladores e outras partes relacionadas

Table with 4 columns: Outras partes relacionadas, Total, Outras partes relacionadas, Total. Rows for Ativo circulante, Aplicações financeiras, Contas a receber (nota 4) (1). Rows for 31/12/2022 and 31/12/2021.

Table with 4 columns: Outras partes relacionadas, Total, Outras partes relacionadas, Total. Rows for Passivo circulante, Fornecedores (nota 11), Dividendos, Juros sobre capital próprio (2). Rows for 31/12/2022 and 31/12/2021.

Table with 4 columns: Outras partes relacionadas, Total, Outras partes relacionadas, Total. Rows for Receita líquida e custos, Vendas (3), Custos e despesas. Rows for 31/12/2022 and 31/12/2021.

Table with 4 columns: Outras partes relacionadas, Total, Outras partes relacionadas, Total. Rows for Resultado financeiro, Juros (nota 24), Outros. Rows for 31/12/2022 and 31/12/2021.

• Comentários sobre as principais transações e saldos com partes relacionadas: 1 - Contas a Receber: A Companhia realiza venda de minério de ferro no mercado interno para a CSN Mineração no montante de R\$11.868, 2 - Juros sobre Capital Próprio: JCP a pagar a Controladora no montante de R\$ 9.353, 3 - Vendas: A Companhia realiza especialmente venda de minério de ferro no mercado interno para a CSN Mineração. 18.c) Outras partes relacionadas: • Banco Fibra: O Banco Fibra está sob a mesma estrutura de controle da Vicunha Aços S.A., controladora direta da CSN, e as transações financeiras com esse banco estão limitadas a movimentações em contas correntes e aplicações financeiras em renda fixa. Prática Contábil: As transações com partes relacionadas foram realizadas pela Companhia em termos equivalentes aos que prevalecem em transações de mercado, observando o preço e as condições usuais do mercado, portanto, essas transações estão em condições que não são menos favoráveis para a Companhia do que aquelas negociadas com terceiros. As partes relacionadas da Companhia podem ser sua Controladora e o grupo econômico onde está inserida, bem como o pessoal-chave da Administração da Companhia.

19. Patrimônio Líquido: Em novembro de 2015 a controladora CSN realizou o aumento de capital no montante de R\$60.560 com a transferência dos ativos cindidos no âmbito da combinação de negócios de Mineração, o aumento de capital foi definido pelo valor contábil dos ativos acordo com o Laudo de avaliação do ativo líquido emitido por auditores contratados pela CSN, 30 de outubro de 2015. Em junho de 2017 e dezembro de 2018 a CSN integrou capital montantes de R\$7.196 e R\$45.195, respectivamente. 19.a) Capital social integralizado: O capital social totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é de R\$ 114.952 e dividido em 141.719.296 de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. 19.b) Reserva Legal: Constituída a razão de 5% do lucro apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76 até o limite de 20% do capital social. 19.c) Composição acionária: Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a composição acionária é a seguinte:

Table with 6 columns: Quantidade de ações Ordinárias, % Total de ações, % Capital votante, Quantidade de ações Ordinárias, % Total de ações, % Capital votante. Rows for Companhia Siderúrgica Nacional ("CSN"), Companhia Florestal do Brasil ("CFB"), Total. Rows for 31/12/2022 and 31/12/2021.

19.d) Resultado por ação: Abaixo é apresentado o resultado por ação.

Table with 3 columns: Lucro do Exercício, Média ponderada da quantidade de ações, Lucro por lote de mil ações - R\$. Rows for 31/12/2022 and 31/12/2021.

Prática Contábil: Capital Social: Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. Lucro/(Prejuízo) por ação: O lucro/prejuízo por ação básico é calculado por meio do lucro líquido/prejuízo do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e à média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O lucro/prejuízo por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados. A Companhia não possui potenciais instrumentos conversíveis em ações e, consequentemente, o lucro/prejuízo por ações diluído é igual ao lucro/prejuízo por ações básico. Destinação de resultado: A Companhia adota uma política de distribuição de lucros que, observadas as disposições constantes da Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 9.457/97, implicará na destinação de todo o lucro líquido aos seus acionistas, desde que preservadas as seguintes prioridades, independentemente de sua ordem: (i) a estratégia empresarial; (ii) o cumprimento das obrigações; (iii) a realização dos investimentos necessários; e (iv) a manutenção de uma boa situação financeira da Companhia. De acordo com o artigo 29 do Estatuto Social da Companhia, serão distribuídos como dividendos, em cada exercício social, no mínimo 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, adicionalmente a Companhia poderá distribuir dividendos adicionais de 25% do lucro ajustado, após a retenção do montante previsto em orçamento de capital, se houver, que ficará destacado no passivo circulante.

20. Remuneração aos Acionistas: 20.a) Destinação de resultado

Table with 3 columns: Lucro líquido do exercício, Reserva legal, Lucro para destinação, JCP e dividendos antecipados, Dividendos adicionais propostos. Rows for 31/12/2022 and 31/12/2021.

Em assembleia geral ordinária realizada em 17 de outubro de 2022 foi aprovada a destinação proposta de 2021 dos dividendos mínimos obrigatórios e dividendos adicionais propostos no montante de R\$56.344 e R\$169.032 respectivamente. O pagamento ocorreu em 01 de novembro de 2022. Adicionalmente em reunião realizada em 23 de dezembro de 2022 o Conselho de Administração, aprovou o pagamento aos acionistas, a título de antecipação dos dividendos, os juros sobre o capital próprio bruto no valor de R\$11.004, correspondendo a valor bruto de R\$ 0,07764257183 por ação. Considerando a incidência de Imposto de Renda na Fonte à alíquota de 15%, o valor líquido de IR a ser pago será de R\$9.353 equivalente a R\$0,06599618606 por ação. O pagamento do provento poderá ser feito até 31 de dezembro de 2023.

21. Receita Operacional Líquida: A seguir é apresentada uma conciliação das receitas brutas com as receitas líquidas apresentadas na demonstração do resultado do exercício.

Table with 3 columns: Receita Bruta, Mercado interno, Deduções, Impostos incidentes sobre vendas, Receita Líquida. Rows for 31/12/2022 and 31/12/2021.

(1) ICMS diferido de acordo com RICMS/2002 - anexo II item 29 e isenção de PIS e COFINS através da Lei de incentivo à exportação. Prática Contábil: A partir de 1º de janeiro de 2018 o IFRS15/CPC 47 foi adotado pela Companhia suas receitas são reconhecidas assim que todas as condições abaixo forem satisfeitas: • Identificação do contrato de venda de bens ou prestação de serviços; • Identificação das obrigações de desempenho; • Determinação do valor do contrato; • Apuração do valor alocado a cada uma das obrigações de desempenho incluídas no contrato; e • Reconhecimento de receita ao longo do tempo ou quando as obrigações de desempenho são concluídas. A Companhia reconhece a receita das vendas de minério de ferro quando o controle do produto é transferido para os clientes, o que geralmente ocorre, quando o produto é carregado no trem ou entregue para o cliente. A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação que a entidade espera receber em troca da entrega do bem ou serviço prometido ao cliente.

22. Despesas por Natureza

Table with 3 columns: Mão de obra, Suprimentos, Manutenção, Serviços, Frete, Depreciação, Outros, Classificados como: Custo dos produtos vendidos, Despesas com vendas, Despesas gerais e administrativas. Rows for 31/12/2022 and 31/12/2021.

As adições da depreciação, amortização e exaustão do exercício foram distribuídas conforme abaixo.

Table with 3 columns: Custo de Produção, Crédito de PIS e Cofins sobre arrendamento, Total. Rows for 31/12/2022 and 31/12/2021.

23. Outras Receitas e Despesas Operacionais

Table with 3 columns: Outras receitas operacionais, Indenizações/Ganho processos judiciais, Multas Contratuais, Outras receitas, Outras despesas operacionais, Impostos e taxas, (Despesas)/reversão com processos judiciais, (Perdas)/reversão estimadas em estoques, Ociosidade nos estoques e equipamentos paralisados, Valor residual de bens permanentes baixados, Despesas com estudos e engenharia de projetos, Despesas com passivo ambiental líquidas, Depreciação de equipamentos paralisados, Despesas com planos emergenciais, Outras despesas. Rows for 31/12/2022 and 31/12/2021.

Outras receitas e (despesas) operacionais líquidas

Table with 3 columns: Outras receitas e (despesas) operacionais líquidas, Total. Rows for 31/12/2022 and 31/12/2021.

(1) Em 2022, é a capacidade não utilizada em função de volume de produção inferior ao normal, devido às intensas chuvas registradas na operação de extração de minério. (2) Refere-se aos gastos excedentes que ocorrem nos períodos de chuva para funcionamento das operações das minas.

24. Receitas e Despesas Financeiras

Table with 3 columns: Despesas financeiras, Encargos sobre empréstimos e financiamentos, Passivos de arrendamento (nota 14), Seguro garantia, Juros e multas, AVP - ARO, Comissões, fianças, garantia e despesas bancárias, PIS/COFINS s/receitas financeiras, Outras despesas financeiras, Receitas financeiras: Partes relacionadas (nota 18), Rendimentos sobre aplicações financeiras, Outros rendimentos, Outros itens financeiros líquidos, Variações monetárias, Resultado financeiro líquido. Rows for 31/12/2022 and 31/12/2021.

Prática Contábil: As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações do valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e perdas no valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

25. Informações Adicionais aos Fluxos de Caixa: A tabela a seguir apresenta as informações adicionais sobre transações relacionadas à demonstração dos fluxos de caixa:

Table with 3 columns: Aquisição de direito de uso, Total. Rows for 31/12/2022 and 31/12/2021.

26. Eventos Subsequentes: • Decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre coisa julgada em matéria tributária: Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento dos Temas 881 e 885, no sentido de que uma decisão definitiva individual sobre tributos recolhidos de forma continuada perde seus efeitos a partir de uma decisão da Corte em sentido contrário do STF, proferida em ação direta de inconstitucionalidade ou repercussão geral. Baseada no posicionamento do STF e no Ofício-Circular 1/2023, emitido pela CVM, a companhia e os assessores jurídicos externos avaliaram o item e os impactos nas suas contingências e, baseada nas informações dos assessores, informa que neste momento não foram identificadas processos que pudessem representar impactos em suas demonstrações financeiras.

Table with 3 columns: Aquisição de direito de uso, Total. Rows for 31/12/2022 and 31/12/2021.

Este documento foi assinado digitalmente por Ruy Adriano Borges Muniz. Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código ED86-CDC5-9DCF-400C.

continuação

## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **Minérios Nacional S.A.** - São Paulo - SP

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Minérios Nacional S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Minérios Nacional S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase: Transações com partes relacionadas:** Chamamos a atenção para as Notas Explicativas nº 1 e 18 às demonstrações financeiras, que descrevem que as prestações de serviços da Companhia estão substancialmente concentradas na sua parte relacionada CSN Mineração S.A. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos

que ela determinou como necessários para permitir a elaboração destas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. São Paulo, 13 de junho de 2023.

**Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.** - CRC 2SP-025.583/0-1  
**Fernando Camazano Martinez** - Contador CRC 1SP-328.247/0-3

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/ED86-CDC5-9DCF-400C> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: ED86-CDC5-9DCF-400C



### Hash do Documento

YFuvf2NVI9uhXwntMk/0U3B0PkGvOA8dKG2+4WP6tRc=

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 25/07/2023 é(são) :

Ruy Adriano Borges Muniz (ADMINISTRADOR) - 464.189.546-53

em 25/07/2023 13:14 UTC-03:00

**Tipo:** Certificado Digital - EDIMINAS S A EDITORA GRAFICA

INDUSTRIAL DE MINAS - 19.207.588/0001-87

